



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 502/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.
- Lei Federal nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Federal nº 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos.
- Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética.
- Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
- Lei Federal nº 14.454, de 21 de setembro de 2022, que altera a Lei nº 9.656/1998 para ampliar os critérios de cobertura de procedimentos não previstos no rol da ANS, desde que haja comprovação científica.
- Portaria MS nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Portaria MS nº 154, de 24 de janeiro de 2018, que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF.
- Lei Federal nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética.
- Constituição do Estado de São Paulo;
- Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que institui o Código Sanitário do Estado de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 10.782, de 9 de março de 2001, que define diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 10.816, de 1º de junho de 2001, que institui o “Dia Estadual de Prevenção ao Diabetes” com o objetivo de examinar, cadastrar, esclarecer e conscientizar preventivamente sobre o diabetes no Estado de São Paulo.
- Lei Estadual nº 11.370, de 28 de março de 2003, que assegura o ingresso no serviço público estadual de pessoas portadoras de diabetes aprovadas em concurso público e dá outras providências.
- Lei Estadual nº 16.576, de 22 de novembro de 2017, que institui a “Semana Estadual de Prevenção, Controle e Combate à Diabetes”, a ser realizada anualmente entre os dias 8 e 14 de novembro no Estado de São Paulo.
- Lei Estadual nº 17.119, de 24 de julho de 2019, que assegura ao aluno diabético cardápio de alimentação escolar especial, adaptado à respectiva condição de saúde, na rede pública estadual de ensino.
- Lei Estadual nº 17.838, de 1º de novembro de 2023, que estabelece que o laudo médico que atesta o Diabetes Mellitus tipo 1 (DM1) tenha prazo de validade indeterminado, no âmbito do Estado de São Paulo.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei nº 11.766, de 17 de maio de 1995, que institui o Dia Municipal de Prevenção ao Diabetes e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei nº 11.845, de 6 de julho de 1995, que institui no Município de São Paulo o programa de doação de seringas descartáveis e insulina a portadores de diabetes mellitus (diabetes tipo I e tipo II insulino-dependentes) em toda a rede municipal de saúde.
- Lei nº 12.496, de 10 de outubro de 1997, que altera o artigo 3º da Lei nº 11.845, de 6 de julho de 1995, que institui o programa de doação de seringas descartáveis e insulina a portadores de diabetes mellitus em toda a rede municipal de saúde.
- Lei Municipal nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.445, de 23 de outubro de 2002, que altera o artigo 2º da Lei nº 11.845, de 6 de julho de 1995, que institui o programa de doação de seringas descartáveis e insulina aos portadores de diabetes mellitus e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 13.271, de 04 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a descentralização das ações e serviços de saúde no Município de São Paulo, com a criação de entidades autárquicas hospitalares de regime especial;
- Lei Municipal nº 13.285, de 9 de janeiro de 2002, que cria o Programa de Prevenção ao Diabetes e à Anemia Infantil, na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.029, de 13 de julho de 2005, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Município de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município e dá outras providências, alterada pela Lei Municipal nº 15.281, de 9 de setembro de 2010;
- Lei Municipal nº 14.984, de 23 de setembro de 2009, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa de Prevenção e Tratamento das Úlceras Crônicas e do Pé Diabético;
- Lei Municipal nº 15.000, de 20 de outubro de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de acomodação, em espaço único, específico e de destaque, de produtos alimentícios recomendados para pessoas com diabetes, e dá outras providências;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei nº 15.721, de 24 de abril de 2013, que dispõe sobre a criação de Programa Multidisciplinar de Atendimento ao Diabetes no Município de São Paulo e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 15.968, de 27 de janeiro de 2014, que institui e define diretrizes para o Programa de Promoção, Proteção e Educação em Saúde no âmbito do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 18.306, de 29/09/2025, que dispõe sobre a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde, de sensor medidor contínuo de glicose para crianças entre 2 a 12 anos portadoras de diabetes Mellitus tipo 1, cujos pais ou responsáveis estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais.

PL FEDERAL:

Projeto de Lei nº 5.688, de 05 de novembro de 2025 – FEDERAL, que institui a Política Nacional de Prevenção e Combate às Amputações em Pacientes com Diabetes Mellitus, com foco na detecção precoce, cuidado integral e educação em saúde, estabelecendo diretrizes para a redução de amputações evitáveis no âmbito do SUS;

PL MUNICIPAL:

PL 513/2026 Altera a Lei nº 13.536, de 19 de março de 2003 e dá outras providências

PL 448/2026 Institui o Selo de Identificação Veicular da Pessoa com Diabetes no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 442/2026 Dispõe sobre o prazo de validade de laudo médico de Diabetes Mellitus tipo 1 (DM1) no Município de São Paulo.

PL 89/2026 Institui a Campanha Municipal Preventiva de Conscientização sobre o Sinal de Frank como possível marcador de risco cardiovascular, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1440/2025 Institui o Programa Municipal de Oficinas de Alimentação Saudável para Pais e Responsáveis, voltado à prevenção e ao combate à desnutrição infantil, e dá outras providências.

PL 1379/2025 Fica instituído o Programa Vale-Insulina com o objetivo de assegurar o acesso ininterrupto à insulina para pessoas com diabetes mellitus, insulino dependentes, atendidos pela rede pública municipal de saúde da Cidade de São Paulo



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 1308/2025 Dispõe sobre a instituição, no âmbito do Município de São Paulo, do Programa Municipal de Prevenção e Combate às Amputações em Crianças e Adolescentes com Diabetes, tendo como objetivo a detecção precoce do pé de risco e outras complicações associadas a diabetes em alunos matriculados nas unidades escolares, creches, centros de convivência e demais equipamentos públicos municipais e dá outras providências.

PL 1216/2025 Dispõe sobre o descarte obrigatório e seguro de canetas injetáveis descartáveis de medicamentos no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 565/2025 Altera a Lei nº 18.210, de 26 de dezembro de 2024, para inserir na execução do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo a prioridade da população portadora de Diabetes Mellitus no programa Cidade Solidária

PL 550/2025 Estabelece a obrigatoriedade de realização do teste de Glicemia Capilar nas triagens de todos os atendimentos de urgência e emergência nos hospitais, prontos-socorros e nas Unidades Básicas de Saúde do Município de São Paulo.

PL 509/2025 Dispõe sobre a implementação do teste automático de índice tornozelo braquial (ITB) nas unidades de saúde do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 247/2025 Inclui na relação municipal de medicamentos (REMUME) para distribuição gratuita aos portadores de diabetes mellitus (tipo 1 e 2) o medidor contínuo de glicemia.

PL 73/2025 Dispõe sobre o sistema de voucher para pacientes com diabetes tipo 1, destinado à aquisição de sensor de monitoramento contínuo de glicose.

PL 899/2024 Dispõe ao Poder Público, da possibilidade de fornecimento do sensor de glicose e aparelho medidor “FreeStyle Libre” para todas as crianças e adolescentes que possuem diabetes.

PL 804/2024 Institui a política de aperfeiçoamento do cuidado da pessoa com diabetes pelo Sistema Único de Saúde – SUS no Município de São Paulo. (apensado ao PL607-23)

PL 607/2023 Estabelece a Política de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética no Município de São Paulo, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 777/2024 Regulamenta o uso do bracelete azul para pessoas diabéticas no âmbito do Município de São Paulo.

PL 760/2023 Institui o fornecimento de merenda escolar adaptada aos estudantes hiperglicêmicos, hipoglicêmicos e celíacos da rede municipal de São Paulo e dá outras providências

PL 197/2023 Altera a Lei nº 14.413, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre a obrigatoriedade de inclusão de podólogos nas equipes multiprofissionais das Unidades Básicas de Saúde do Município de São Paulo, nas ações de prevenção e tratamento de podopatias causadas pelo diabetes.

PL 106/2023 Autoriza o Poder Executivo a conceder atendimento prioritário aos pacientes diabéticos na rede pública municipal de saúde e dá outras providências.

PL 41/2023 Dispõe sobre o programa de combate ao diabetes e à obesidade infantil na rede pública e privada de ensino da cidade de São Paulo e dá outras providências

PL 294/2022 Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de pessoa treinadas para realizar o teste de glicemia capilar e administrar insulina nas unidades de educação infantil e de ensino fundamental na cidade de São Paulo.

PL 859/2021 Acrescenta artigo à Lei nº 13.834, de 27 de maio de 2004, no Município de São Paulo.

PL 761/2021 Dispõe sobre o programa de conscientização e controle do diabetes na rede pública de ensino da cidade de São Paulo, dá outras providências.

PL 85/2021 “Programa GUI (Guia de Unificação de Informações) na Prevenção e Controle da diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas da Rede Pública da cidade de São Paulo”.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 23 de junho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.0680